

## Sol SP Serra do Mar SPE S.A.

CNPJ/MF nº 39.541.030/0001-40

Balço Patrimonial – Em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)				
Ativo	Nota	2021	2020	
Caixa e equivalentes de caixa	7	4.000	–	
Contas a receber partes relacionadas	8	40	–	
Impostos a recuperar	9	909	–	
Outros ativos	–	1	–	
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>4.950</b>	–	
Imobilizado	10	12.733	–	
Intangível	11	3.149	–	
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>15.882</b>	–	
<b>Total do ativo</b>		<b>20.832</b>	–	
				<b>Passivo e patrimônio líquido</b>
				Forneceadores
				Forneceadores partes relacionadas
				Mútuo a pagar – partes relacionadas
				Tributos a recolher
				Dividendos a pagar
				<b>Total do passivo circulante</b>
				<b>9.924</b>
				<b>Total do passivo</b>
				<b>9.924</b>
				<b>Patrimônio líquido</b>
				Capital social
				Adiantamento p/ futuro aumento de capital
				Reservas
				Lucros (Prejuízos) acumulados
				<b>Total do patrimônio líquido</b>
				<b>10.908</b>
				<b>Total do patrimônio líquido</b>
				<b>20.832</b>

*As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.*

Demonstrações das Mutações no Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)					
	Capital Social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros (Prejuízos) acumulados	Reservas patrimoniais	Total do patrimônio líquido
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	–	–	–	–	–
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	7.772	–	–	7.772
Aumento de Capital	3.039	–	–	–	3.039
Lucro líquido do exercício	–	–	127	–	127
Constituição de reserva de lucros	–	–	(91)	91	–
Constituição de reserva legal	–	–	(6)	6	–
Dividendos distribuídos	–	–	(30)	–	(30)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>3.039</b>	<b>7.772</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>10.908</b>

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.*

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de reais)**

**1. Contexto Operacional** – A Companhia tem a denominação de SOL SP SERRA DO MAR SPE S.A. (“Companhia”) e é uma sociedade por ações de capital fechado, com propósito específico, que será regida pelo estatuto social (“Estatuto Social”) pela Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada de tempos em tempos (“Lei das Sociedades por Ações”) e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. A Companhia tem sede no Estado de São Paulo, Cidade de Caçapava, na Rodovia João Amaral Gurgel, 730, Serrinha, CEP 12285-810. A Companhia por ações de capital fechado de propósito específico tem por objeto as seguintes atividades: (i) aluguel de outras máquinas e equipamentos de geração de energia por fonte solar; (ii) outras atividades de serviços de geração de energia por fonte solar; (iii) sublocação de imóveis de terceiros; (iv) manutenção e reparação de máquinas e equipamentos de geração de energia por fonte solar; e (v) comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos de geração de energia por fonte solar. A Companhia terá duração por prazo indeterminado. A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 24 de maio de 2022. **1.1. Efeitos da pandemia do Coronavírus (COVID-19)** Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou o coronavírus (COVID-19) como uma emergência de saúde global e em 11 de março de 2020, o surto foi declarado pela OMS como pandemia uma vez que o vírus se disseminou em todos os continentes. Desde o mês de março de 2020, até o final do mesmo ano, o cenário global foi marcado pelos desdobramentos da pandemia causada pela COVID-19, e neste sentido a Companhia sempre esteve atenta e manteve monitoramento contínuo dos possíveis riscos que poderiam afetar suas operações e a segurança de seus colaboradores. A Companhia adotou medidas de segurança sanitária como o trabalho home-office rotativo para os departamentos administrativos enquanto que nos setores produtivos foram adotadas medidas de distanciamento e higiene. Outras medidas de segurança sanitária adotadas pela Companhia foram: aquisição de álcool em gel posicionados em pontos estratégicos da Companhia, entrega de kits individuais com máscaras de proteção e álcool em gel à todos os colaboradores, instalações de divisórias de acrílico nas mesas de trabalho e refeitório, aferição de temperatura de todos os colaboradores para entrada nas dependências da Companhia, apoio de equipe médica para monitoramento de profissionais contaminados, entre outros. A Companhia também avaliou possíveis cenários da crise nos negócios, e as projeções e desempenho no período não apresentaram riscos para a continuidade dos negócios, tampouco houveram efeitos significativos decorrentes da pandemia nas demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2021. A Administração mantém o acompanhamento da evolução de todo o contexto econômico no Brasil e global da crise, visando adequar as operações de acordo com o andamento dos negócios.

**2. Base de preparação – a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias Companhias (Pronunciamento técnico CPC PME (R1) emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis), em especial ao NBTG 1000 do Conselho Federal de Contabilidade que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC PME. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

**3. Moeda funcional e moeda de apresentação** – As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações financeiras foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**4. Uso de estimativas e julgamentos** – A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis para pequenas e médias Companhias – CPC PME (R1) requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas na seguinte nota explicativa:

**• Nota explicativa 12** – imposto de renda e contribuição social diferidos: reconhecimento mediante disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados. **• Nota explicativa 16** – reconhecimento e mensuração das provisões para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude da saída de recursos.

**5. Base de mensuração** – As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

**6. Principais políticas contábeis** – A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. **a. Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertis para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado do exercício. **b. Instrumentos financeiros:** (i) **Instrumentos financeiros básicos:** A Companhia contabiliza os seguintes instrumentos financeiros

como instrumentos financeiros básicos, de acordo com a Seção 11 do CPC PME (R1): • Caixa e equivalentes; • Contas a receber de clientes e outros ativos; • Forneceadores; e • Mútuo a pagar. **Ativos financeiros básicos:** Ativos financeiros básicos são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos ao custo amortizado utilizando do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. A Companhia reconhece os instrumentos financeiros básicos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desconta um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Os ativos financeiros básicos abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros ativos. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo. **Passivos financeiros básicos:** A Companhia reconhece inicialmente os passivos financeiros na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação, que é a data na qual a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. Os passivos financeiros não derivativos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: forneceadores, e mútuo a pagar – partes relacionadas. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. **c. Ativo imobilizado:** (i) **Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*), e quando necessário custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O *software* comprado que é parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado com parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e têm seu valor líquido registrado no resultado como outras receitas ou despesas. (ii) **Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. (iii) **Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso de ativos construídos internamente, a partir do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para uso. A Companhia utiliza para fins de depreciação as taxas fiscais vigentes para o exercício corrente e comparativo. Terrenos não são depreciados.



... continuação		Sol SP Serra do Mar SPE S.A.	
As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de risco descritos na nota explicativa nº 24. <b>Classificação dos instrumentos financeiros:</b> Os instrumentos financeiros não derivativos são classificados como ativos e passivos pelo custo amortizado, conforme descrito a seguir. Não existem outros instrumentos financeiros classificados em outras categorias.		<p><b>19. Gerenciamento de riscos</b> – A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito • Risco de liquidez • Risco de mercado • Risco operacional: As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. <b>(i) Risco de crédito:</b> Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes. Para mitigar esses riscos, a Companhia adotou como prática a análise das situações financeira e patrimonial, assim como acompanhamento permanente das posições em aberto. Este risco é avaliado como baixo, tendo em vista que a Companhia efetua uma rigorosa análise de crédito de seus clientes. O valor contábil dos ativos</p> <p>financeiros representa a exposição máxima do crédito, na data da demonstração financeiras.</p>	
		<b>2021</b>	<b>2020</b>
<b>Ativos financeiros avaliados pelo custo amortizado</b>			
Caixa e equivalentes	4.000	–	
Contas a receber – partes relacionadas	40	–	
Outros ativos	1	–	
	<b>4.041</b>		
<b>Passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado</b>			
Fornecedores	9.536	–	
Fornecedores – partes relacionadas	132	–	
Mútuo a pagar – partes relacionadas	219	–	
	<b>9.887</b>		

**cambial:** A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de diferenças entre as moedas nas quais os contas a pagar à fornecedores são denominados, e as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia. A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). **(iii) Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento Companhia. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

**Aurelien Patrick Maudonnet** – Diretor  
**Hans Maria Bart Vander Velpen** – Secretário  
**Youssef Lopes Mahmud** – Contador CRC 127.548/O-RJ



**BRDOCS**

[brdocs.com.br/?chave-de-acesso=FBB42424](http://brdocs.com.br/?chave-de-acesso=FBB42424)

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 04,05 e 06/06/2022

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)





Sol SP Tiete SPE S.A.

CNPJ/MF nº 39.575.069/0001-89

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)				Demonstrações do Resultado (Em milhares de reais)				Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Em milhares de reais)						
Ativo	Nota	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020	Exercícios findos em 31 de dezembro	Nota	2021	2020	Exercícios findos em 31 de dezembro	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	7	7.739	-	Fornecedores	13	4.759	-	Lucro Bruto	-	-	-	Fluxo de caixa das atividades operacionais	-	-
Contas a receber partes relacionadas	8	50	-	Fornecedores partes relacionadas	13/14	161	-	Despesas administrativas	16	(357)	-	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(96)	-
Impostos a recuperar	9	1.126	-	Mútuo a pagar - partes relacionadas	14	386	-	Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos Lucro operacional	-	(357)	-	Ajustes de:	-	-
Outros ativos	-	340	-	Tributos a recolher	-	9	-	Receitas financeiras	17	262	-	Imposto de renda e contribuição social corrente	(49)	-
<b>Total do ativo circulante</b>	-	<b>9.255</b>	-	<b>Total do passivo</b>	-	<b>5.315</b>	-	Despesas financeiras	17	(1)	-	<b>Varições em:</b>	-	-
Imobilizado	10	16.240	-	<b>Patrimônio líquido</b>	15	-	-	Resultado antes dos impostos	-	-	-	Contas a receber	(50)	-
Intangível	11	3.509	-	Capital social	-	13.481	-	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(96)	-	-	Outros ativos	(340)	-
<b>Total do ativo não circulante</b>	-	<b>19.749</b>	-	Adiantamento p/ futuro aumento de capital	-	10.353	-	<b>Lucro líquido do exercício</b>	(145)	-	-	Impostos a recuperar	(1.100)	-
<b>Total do ativo</b>	-	<b>29.004</b>	-	Lucros (Prejuízos) acumulados	-	(145)	-	Imposto de renda e contribuição social - correntes	12	(49)	-	Fornecedores	4.920	-
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.				<b>Total do patrimônio líquido</b>	-	<b>23.689</b>	-	<b>Lucro líquido do exercício</b>	(145)	-	-	Tributos a recolher	4	-
				<b>Total do patrimônio líquido</b>	-	<b>29.004</b>	-	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras				<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>3.289</b>	-
				Demonstrações das Mutações no Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais)				Demonstrações do Resultado Abrangente (Em milhares de reais)				Imposto de renda e contribuição social pagos	(21)	-
								As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras				<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais</b>	<b>3.268</b>	-
												<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>	-	-
												Aquisição de imobilizado e intangível	(19.749)	-
												Aumento de capital	13.481	-
												AFAÇ	10.353	-
												<b>Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento</b>	<b>(4.085)</b>	-
												<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>	-	-
												Captação de mútuo com partes relacionadas - principal	1.409	-
												Pagamento de mútuo com partes relacionadas - principal	(1.023)	-
												<b>Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento</b>	<b>386</b>	-
												<b>Aumento em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>7.739</b>	-
												No início do exercício	-	-
												No final do exercício	7.739	-
												<b>Aumento em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>7.739</b>	-
												As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		
												<b>11. Intangível em desenvolvimento - a. Composição dos saldos</b>		
												2021 2020		
												Custo Depreciação acumulada Líquido Líquido		
												Desenvolvimento de projeto		
												3.509 - 3.509 -		
												<b>(i) Movimentação do custo</b>		
												Movimentação		
												Adi-Bal-ferên-		
												2021 2020		
												Desenvolvimento de projeto		
												- 3.510 - - 3.510		
												- 3.510 - - 3.510		
												<b>12. Imposto de renda e contribuição social - a. Reconciliação da alíquota efetiva: A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas com a despesa registrada no resultado está demonstrada abaixo:</b>		
												2021 2020		
												Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		
												(96) -		
												Imposto de renda e contribuição social - alíquota nominal combinada (34%)		
												33 -		
												Efeitos líquido decorrentes de (adições) exclusões permanentes		
												300 -		
												<b>Base de cálculo</b>		
												<b>204 -</b>		
												Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício (corrente)		
												(49) -		
												Alíquota efetiva (-24%)		
												- (24%) -		
												<b>13. Fornecedores</b>		
												2021 2020		
												Fornecedores - nacional		
												4.759 -		
												Fornecedores - partes relacionadas (nota 14)		
												1.921 -		
												<b>4.920 -</b>		
												<b>14. Partes relacionadas</b> - Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia e suas coligadas e controladora. <b>a. Composição dos saldos a pagar</b>		
												2021 2020		
												Fornecedores		
												161 -		
												Helixia Consultoria Ltda		
												161 -		
												<b>Mútuos a pagar</b>		
												2021 2020		
												Voltaia Energia do Brasil Ltda		
												386 -		
												386 -		
												386 -		
												Circulante		
												Não circulante		
												O saldo a pagar de mútuo com a Sol SP Tiete SPE S.A. tem vencimento de 5 anos após a liberação do recurso. A taxa de juros é de 1% a.a.+ CDI. <b>b. Controladora e parte controladora final:</b> Em 31 de dezembro de 2021, a controladora direta da Empresa é a Helixia TLFN Holding S.A.		
												<b>15. Patrimônio Líquido - a. Capital Social:</b> Em 31 de dezembro de 2021 o capital social está representado por 13.480.817 cotas com valor nominal de R\$ 1 (um real), com a seguinte participação:		
												Quantidade de cotas R\$		
												Helixia TLFN Holding S.A.		
												13.480.817 13.481		
												<b>13.480.817 13.481</b>		
												<b>16. Despesas administrativas e gerais</b>		
												2021 2020		
												Despesas gerais administrativas		
												300 -		
												Despesas com serviços profissionais		
												54 -		
												Despesas com alugueis		
												1 -		
												Impostos, taxas e contribuições		
												357 -		
												<b>17. Resultado financeiro líquido</b>		
												2021 2020		
												Receitas financeiras		
												Rendimento de aplicação		
												262 -		
												<b>262 -</b>		
												<b>Despesas financeiras</b>		
												Juros e multas passivos		
												-		
												Outras despesas financeiras		
												(1) -		
												<b>Resultado financeiro líquido</b>		
												<b>261 -</b>		
												<b>18. Instrumentos financeiros</b> - A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e de controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos e risco. As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de risco descritos na nota explicativa nº 24. <b>Classificação dos instrumentos financeiros:</b> Os instrumentos financeiros não derivativos são classificados como ativos e passivos pelo custo amortizado, conforme descrito a seguir. Não existem outros instrumentos financeiros classificados em outras categorias.		
												2021 2020		
												Ativos financeiros avaliados pelo custo amortizado		
												Caixa e equivalentes		
												7.739 -		
												Contas a receber - partes relacionadas		
												50 -		
												Outros ativos		
												341 -		
												<b>8.130 -</b>		
												Passivos financeiros avaliados pelo custo amortizado		
												Fornecedores		
												4.759 -		
												Fornecedores - partes relacionadas		
												161 -		
												Mútuo a pagar - partes relacionadas		
												386 -		
												<b>5.306 -</b>		
												<b>19. Gerenciamento de riscos</b> - A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de		
												continua ...		



... continuação		Sol SP Tiete SPE S.A.	
mercado; • Risco operacional. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia a, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. (i) <b>Risco de crédito:</b> Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes. Para mitigar esses riscos, a Companhia adotou como prática a análise das situações financeira e patrimonial, assim como acompanhamento	permanente das posições em aberto. Este risco é avaliado como baixo, tendo em vista que a Companhia efetua uma rigorosa análise de crédito de seus clientes. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, na data da demonstração financeiras.	liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.	A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). (iii) <b>Risco operacional:</b> Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia. O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.
	Caixa e caixa equivalentes (nota 7)	2021	2020
	Contas a receber de clientes (nota 8)	7.739	-
	Outros ativos	50	-
		341	-
		8.130	-
	(ii) <b>Risco de liquidez:</b> Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são		

Aurelien Patrick Maudonnet – Diretor

Hans Maria Bart Vander Velpen – Secretário

Youssef Lopes Mahmud – Contador CRC 127.548/O-RJ

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 04,05 e 06/06/2022



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



**BRDOCS**

[brdocs.com.br/?chave-de-acesso=FCA06611](http://brdocs.com.br/?chave-de-acesso=FCA06611)



AGB Santa Luzia Participações S/A					
CNPJ/ME nº 21.694.004/0001-97					
Balança Patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2020 e 2021 (Valores expressos reais – R\$)					
Ativo	2021	2020	Passivo e Patrimônio Líquido	2021	2020
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	37.750	29.888	Obrigações Tributárias	2.263	
Impostos a recuperar	59.385	59.349	Trib. De Justiça de Estado SP – BC BRA	2.295.547	1.729.419
<b>Total do Ativo Circulante</b>	<b>97.135</b>	<b>89.237</b>	<b>Total do Passivo Circulante</b>	<b>2.297.809</b>	<b>1.729.419</b>
<b>Não Circulante</b>			<b>Não Circulante</b>		
Propriedade Rural para Arrendamento	28.396.959	28.396.959	Outros Débitos com Sócios, Adm., Pessoas	-	-
Ajuste a Valor Justo	65.672.384	46.519.408	Obrigações Tributárias – Impostos		
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>	<b>94.069.342</b>	<b>74.916.366</b>	<b>Total do Passivo Não Circulante</b>	<b>22.256.610</b>	<b>15.768.599</b>
<b>Total dos Ativos</b>	<b>94.166.477</b>	<b>75.005.603</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>		
			Capital Social	32.382.993	34.000.000
			Capital a Integralizar	-	(1.617.007)
			Reservas de Lucros	24.589.945	23.952.222
			Lucros/Prejuízos Acumulados	12.639.118	1.172.371
			<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>69.612.057</b>	<b>57.507.586</b>
			<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>94.166.477</b>	<b>75.005.603</b>
Demonstração do Resultado para o período findo em 31 de dezembro de 2020 e 2021 (Valores expressos em reais – R\$)					
	2021	2020		2021	2020
<b>Receita Líquida</b>	<b>832.281</b>	<b>602.770</b>	Despesas Financeiras	(572.421)	(366.039)
<b>Custo das Vendas e Serviços</b>			Receitas Financeiras	828	2.023
<b>Lucro Bruto</b>	<b>832.281</b>	<b>602.770</b>	<b>Lucro Operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>	<b>19.328.068</b>	<b>2.630.290</b>
Despesas Gerais e Administrativas	(85.596)	(52.835)	Imposto de renda e contribuição social correntes	(85.585)	(31.234)
Outras Receitas Operacionais e Não Operacionais	19.152.976	2.444.371	Imposto de renda e contribuição social diferidos	(6.488.012)	(807.086)
Outras Despesas Não Operacionais	-	-	<b>Resultado do Exercício</b>	<b>12.754.471</b>	<b>1.791.969</b>
<b>Prejuízo Operacional antes dos Efeitos Financeiros</b>	<b>19.899.661</b>	<b>2.994.306</b>			
A Diretoria: Gustavo Perez Fonseca – Diretor			João Antunes Alencar – Contador CRC 1SP 184.571/O-3		

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto) dos exercícios findos em 31/12/2021 e 2020 (Valores expressos reais – R\$)		
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	2021	2020
Lucro líquido do exercício	12.754	1.792
<b>Variações em conta de resultado que não afetaram o caixa:</b>		
Ajuste líquido ao valor justo da propriedade para investimento	(19.153)	(2.444)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	6.488	807
Imposto de renda e contribuição social - correntes	86	31
Juros incorridos	567	366
<b>Varição das Contas Patrimoniais:</b>		
Tributos a recuperar	-	(53)
Tributos a recolher	2	(1)
Contas a pagar	-	(4)
Imposto de renda e contribuição social recolhidos	(86)	(31)
<b>Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais</b>	<b>658</b>	<b>463</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</b>		
Distribuição de lucros	(650)	(530)
<b>Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamento</b>	<b>(650)</b>	<b>(530)</b>
<b>Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>8</b>	<b>(67)</b>
<b>Demonstração da Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	30	97
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	38	30
<b>Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>8</b>	<b>(67)</b>

AGBI Imobiliário Serviço e Consultoria S.A.					
CNPJ/MF nº 18.777.568/0001-89					
Balança Patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2020 e 2021 (Valores expressos em reais – R\$)					
Ativo	2021	2020	Passivo e Patrimônio Líquido	2021	2020
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
Caixa e Equivalentes de Caixa	525	282	Fornecedores	9.990	-
Tributos a Recuperar/Compensar	2	-	Impostos e Contribuições a Recolher	1	460
<b>Total do Ativo Circulante</b>	<b>528</b>	<b>282</b>	Salários e Encargos a Pagar	-	-
<b>Não Circulante</b>			<b>Total do Passivo Circulante</b>	<b>9.991</b>	<b>460</b>
Imobilizado	-	-	<b>Não Circulante</b>		
Intangível	-	-	Outros Débitos	38.340	46.980
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>Total do Passivo Não Circulante</b>	<b>38.340</b>	<b>46.980</b>
<b>Total dos Ativos</b>	<b>528</b>	<b>282</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>		
			Capital Social	1.000	1.000
			Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	161.802	-
			Prejuízos Acumulados	(210.605)	(48.158)
			<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>(47.803)</b>	<b>(47.158)</b>
			<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>528</b>	<b>282</b>
Luciano Lewandowski Sócio Administrador			João Antunes Alencar Contador CRC 1SP 184.571/O-3		

Demonstração do Resultado para o período findo em 31 de dezembro de 2020 e 2021 (Valores expressos em reais – R\$)		
	2021	2020
<b>Receita Líquida</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Custo das Vendas e Serviços</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Prejuízo Bruto</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Despesas Gerais e Administrativas	(162.416)	(13.108)
<b>Lucro Operacional antes dos Efeitos Financeiros</b>	<b>(162.416)</b>	<b>(13.108)</b>
Receitas Financeiras	10	1
Despesas Financeiras	(41)	(219)
<b>Prejuízo Operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>	<b>(162.448)</b>	<b>(13.326)</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social – Correntes e Diferidos	-	-
<b>Prejuízo Líquido do Exercício</b>	<b>(162.448)</b>	<b>(13.326)</b>

Copa S.A. Companhia de Obras Pariquera Açu					
CNPJ/MF nº 33.253.106/0001-56					
Relatório da Diretoria: Conforme disposições legais e estatutárias à Administração da Copa S.A. Companhia de Obras Pariquera Açu, apresenta as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020. O conjunto completo das demonstrações financeiras estão disponíveis na sede da empresa.					
A Diretoria					
Balança Patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores arredondados em Reais)					
Ativo	2021	2020	Passivo	2021	2020
<b>Ativo circulante</b>			<b>Passivo circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	2.583.457	1.407.553	Fornecedores	2.268.859	354.375
Clientes a receber	5.707.303	615.864	Impostos e contribuições a recolher	403.294	194.165
Estoques	-	7.311	Empréstimos e financiamentos	3.081	20.596
Tributos a recuperar	272.149	205.169	Salários e obrigações trabalhistas	360.162	258.742
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>8.562.909</b>	<b>2.235.897</b>	<b>Total do passivo circulante</b>	<b>3.035.397</b>	<b>827.878</b>
<b>Ativo não circulante</b>			<b>Passivo não circulante</b>		
Realizável a longo prazo			Partes relacionadas	2.988.605	642.075
Partes relacionadas	3.058.728	-	<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>2.988.605</b>	<b>642.075</b>
Ativo fiscal diferido	-	68.000	<b>Patrimônio líquido</b>		
Imobilizado	5.544.072	5.955.863	Capital social	6.925.000	6.925.000
	5.544.072	6.023.863	Reserva de capital	4.000.000	-
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>8.602.800</b>	<b>6.023.863</b>	Prejuízo do exercício	216.707	(135.193)
<b>Total do ativo</b>	<b>17.165.709</b>	<b>8.259.760</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>11.141.707</b>	<b>6.789.807</b>
			<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>17.165.709</b>	<b>8.259.760</b>
Renato Redis Diretor			Lucas Francisco Bugati da Cunha Contador CRC 1SP 295.199/O-3		

Demonstrações do Resultado de 2021 e 2020 (Valores arredondados em Reais)		
	2021	2020
Receita líquida de vendas	27.744.158	9.024.839
Custo operacional	(24.005.051)	(7.162.944)
<b>Lucro bruto</b>	<b>3.739.107</b>	<b>1.861.894</b>
Despesas operacionais:		
Comerciais	(596.615)	(154.815)
Administrativas	(2.233.766)	(1.842.347)
Outras (despesas) receitas	(256.234)	(31.535)
<b>Resultado operacional</b>	<b>652.493</b>	<b>(166.803)</b>
Receita financeira	118	203,48
Despesa financeira	(43.086)	(15.504)
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(42.968)</b>	<b>(15.300)</b>
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>609.525</b>	<b>(182.103)</b>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(257.625)	53.317
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>351.900</b>	<b>(128.786)</b>

# Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

[comercial@datamercantil.com.br](mailto:comercial@datamercantil.com.br)



**BRDOCS**

[brdocs.com.br/?chave-de-acesso=DEE15025](http://brdocs.com.br/?chave-de-acesso=DEE15025)

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 04,05 e 06/06/2022

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



## Escanor Empreendimentos e Participações S.A.

(em fase de organização)

### Ata de Assembleia Geral de Constituição

1. **Data, hora e local:** No dia 13 de outubro de 2021, às 16:00 horas, realizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Padre Luciano, 97 – Jardim França, CEP 02337-080. 2. **Presença:** A totalidade dos subscritores do capital social inicial da Companhia em organização, devidamente qualificados nos Boletins de Subscrição, que constituem o documento nº 01, anexo à ata a que se refere esta Assembleia de Constituição, a saber, Gabriela Albuquerque Pace e Edson Vicente da Silva Filho. 3. **Mesa:** Presidente: Edson Vicente da Silva Filho; Secretária: Gabriela Albuquerque Pace. 4. **Convocação:** Dispensada a convocação prévia consoante ao disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **Ordem do dia:** Discutir e deliberar sobre: (i) a constituição de uma sociedade por ações fechada sob a denominação **Escanor Empreendimentos e Participações S.A.**; (ii) a aprovação do projeto do Estatuto Social que regerá os atos da Companhia; (iii) a eleição dos membros da Diretoria da Companhia; e (iv) outros assuntos de interesse. 5. **Deliberações:** 6.1. Aprovar a constituição de uma sociedade anônima sob a denominação de **Escanor Empreendimentos e Participações S.A.** com Sede e Foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Padre Luciano, 97 – Jardim França – CEP 02337-080. 6.2. Aprovar o capital social inicial de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais), representado por 750 (setecentos e cinquenta ações) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas neste ato. O Capital está integralizado em 10% (dez por cento), tendo sido constatada a realização em dinheiro, de R\$ 75,00 (cento e cinquenta reais) depositados em conta vinculada no Banco Bradesco S/A., nos termos dos artigos 80, III e 81 da Lei nº 6.404/76, tudo de acordo com os Boletins de Subscrição e o Recibo de Depósito que constituem os documentos nºs. 01 e 02 anexos a Ata a que se refere esta Assembleia de Constituição. 7. Aprovar o projeto de Estatuto Social da Companhia, cuja redação consolidada constitui o documento nº 03 anexo à ata a que se refere esta Assembleia de Constituição, dando-se assim por efetivamente constituída a **Escanor Empreendimentos e Participações S.A.** em razão do cumprimento de todas as formalidades legais. 8. Eleger o Sr. **Edson Vicente da Silva Filho**, brasileiro, natural do município de São Paulo, casado, sob regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 48.351.732-X (SSP-SP) e inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas sob nº 366.209.668.45, com endereço residencial na Rua Feliciano Bicudo, 111 – Vila Pauliceia – CEP 02301-020, para o cargo de Diretor Presidente, e a Sra. **Gabriela Albuquerque Pace**, brasileira, natural do município de São Paulo, casada, sob regime de comunhão parcial de bens, estudante, portadora da cédula de identidade RG nº 44.072.471-5 SSP-SP e titular do CPF nº 352.021.748-10 com endereço residencial na Rua Feliciano Bicudo, 111 – Vila Pauliceia – CEP 02301-020, para o cargo de Diretora sem designação específica, ambos com mandato de 2 (dois) anos, os quais declaram não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer atividade mercantil, e ato contínuo tomaram posse mediante termo lavrado e arquivado na sede da Companhia. 9. Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia na forma sumária, nos termos do artigo 130, do parágrafo 1º da Lei 6404/76. 6. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a ata a que se refere esta Assembleia, que foi aprovada pela unanimidade dos subscritores da Companhia. 7. **Acionistas:** Gabriela Albuquerque Pace e Edson Vicente da Silva Filho. Certifico que a presente Ata é cópia fiel da via lavrada em livro próprio. São Paulo, 13 de outubro de 2021. **Edson Vicente da Silva Filho** – Presidente; **Gabriela Albuquerque Pace** – Secretária. **Estatuto Social – Escanor Empreendimentos e Participações S.A. Capítulo I – Da Denominação, Sede, Foro, Prazo de Duração e Objeto:** **Artigo 1º.** A **Escanor Empreendimentos e Participações S.A.** é uma sociedade anônima, que se regerá pelas leis e usos do comércio, por este estatuto social e pelas disposições legais e aplicáveis. **Artigo 2º.** A sociedade terá por objeto a) Administração de imóveis próprios, e b) Participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, acionista ou quotista (holding). **Artigo 3º.** A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Padre Luciano, 97 – Jardim França – CEP 02337-080, São Paulo, Estado de São Paulo, podendo por deliberação da Diretoria, criar e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior. **Artigo 4º.** Os jornais que a empresa utiliza para publicação de seus atos e documentos é o Diário Oficial do Estado e o jornal Data Mercantil. **Artigo 5º.** A Companhia iniciará suas atividades em 13 de outubro de 2021, e seu prazo de duração será indeterminado. **Capítulo II – Do Capital Social e Ações:** **Artigo 6º.** O Capital Social da Companhia é de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais), dividido em 750 (setecentos e cinquenta ações) ordinárias todas nominativas e sem valor nominal. § 1º. Todas as ações da Companhia serão nominativas, facultada adoção da forma escritural, em conta corrente de depósito mantida em nome de seus titulares, junto à instituição financeira indicada

pela Diretoria, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o parágrafo 3º do artigo 35 da lei 6.404/76. § 2º. A cada ação ordinária corresponde a um voto nas Assembleias Gerais. § 3º. A capitalização de lucros ou de reservas será obrigatoriamente efetivada sem modificação do número de ações. O grupamento e o desdobramento de ações são também expressamente proibidos, exceto se previamente aprovado em Assembleia Especial, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias. § 4º. Poderão ser emitidas sem direito de preferência para os antigos acionistas, ações, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações e bônus de subscrição cuja colocação seja feita por uma das formas previstas no artigo 172 da Lei 6.404/76, desde que a eliminação do direito de preferência seja previamente aprovada em Assembleia especial, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias. § 5º. A alteração deste Estatuto Social na parte que regula a diversidade de espécies e/ou classes de ações não requererá a concordância de todos os titulares das ações atingidas, sendo suficiente a aprovação de acionistas que representem a maioria tanto do conjunto das ações com direito a voto, quando de cada espécie ou classe. § 6º. A emissão de debêntures conversíveis, bônus de subscrição, outros títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações e partes beneficiárias, estas conversíveis ou não, bem como a outorga de opção de compra de ações dependerá da prévia aprovação de acionistas representando a maioria das ações de cada espécie ou classe de ações. **Artigo 7º.** Os certificados representativos das ações serão sempre assinados por dois Diretores, ou mandatários com poderes especiais, podendo a Companhia emitir títulos múltiplos ou cautelares. **Parágrafo Único:** Nas substituições de certificados, bem como na expedição de segunda via de certificados de ações nominativas, será cobrada uma taxa relativa aos custos incorridos. **Artigo 8º.** O montante a ser pago pela Companhia a título de reembolso pelas ações detidas por acionistas que tenham exercido direito de retirada, nos casos autorizados por lei, deverá corresponder ao valor econômico de tais ações, a ser apurado de acordo com o procedimento de avaliação aceita pela Lei nº 9.457/97, sempre que tal valor for inferior ao valor patrimonial apurado de acordo com o artigo 45 da Lei nº 6.404/76. **Artigo 9º.** A Companhia só registrará a transferência de ações se forem observadas as disposições pertinentes do Acordo de Acionistas, desde que esteja arquivado em sua sede. **Capítulo III – Da Administração:** **Artigo 10º.** A Companhia será administrada por uma Diretoria, composta por 2 (dois) Diretores, sendo um Diretor – Presidente e um Diretor sem designação específica, residentes no País, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, observado o disposto neste Estatuto. § 1º. O mandato da Diretoria será de 02 (dois) anos, permitida a reeleição, sendo o mandato prorrogado, automaticamente, até a eleição e posse dos respectivos substitutos. § 2º. A investidura dos Diretores far-se-á mediante termo lavrado no livro de “Atas das Reuniões da Diretoria”. Os Diretores reeleitos serão investidos nos seus cargos pela própria Assembleia Geral, dispensadas quaisquer outras formalidades. § 3º. – Em caso de vaga, será convocada a Assembleia Geral para eleição do respectivo substituto, que completará o mandato do Diretor substituído, com observância dos direitos de eleição em separado previstos no § 2º do artigo 5º deste Estatuto. § 4º. Em suas ausências ou impedimentos eventuais, os Diretores serão substituídos por quem vierem a indicar. § 5º. Compete a Diretoria conceder licença aos Diretores, sendo que esta não poderá exceder a 30 (trinta) dias, quando remunerada. § 6º. A remuneração dos Diretores será fixada pela Assembleia Geral, em montante global ou individual, ficando os Diretores dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão. **Artigo 11º.** A Diretoria terá plenos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, para a prática de todos os atos e realização de todas as operações que se relacionarem com o objeto social, observado o disposto neste Estatuto. § 1º. Além das demais matérias submetidas a sua apreciação por este Estatuto, compete à Diretoria, reunida em colegiado: a) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; b) Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinarem, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos; c) Manifestar-se previamente sobre os relatórios, contas e orçamentos e propostas elaboradas pelos Diretores para apresentação à Assembleia Geral; e d) Distribuir entre os membros da Diretoria, a verba global dos Diretores, fixarem em Assembleia Geral, se for o caso. § 2º. A Diretoria reunir-se-á preferencialmente na Sede Social, sempre que convier aos interesses sociais, por convocação escrita, com indicação circunstanciada da ordem do dia, subscrita pelo Diretor Presidente, com antecedência mínima de 3 (três) dias, exceto se a convocação e/ou o prazo forem renunciados, por escrito, por todos os Diretores. § 3º. A Diretoria somente se reunirá com a presença de, no mínimo, 2 (dois) Diretores, considerando-se presente o Diretor que enviar voto escrito sobre as matérias objeto da ordem do dia. § 4º. As decisões da Diretoria serão tomadas pelo voto favorável da maioria de seus membros presentes à reunião. § 5º. As reuniões da Diretoria serão objeto de atas circunstanciadas, lavradas em livro próprio. **Artigo 12º.** Os Diretores terão a representação ativa e passiva da Companhia, incumbindo-lhes executar e fazer executar, dentro das respectivas atribuições, as deliberações tomadas pela Diretoria e pela Assembleia Geral, nos limites estabelecidos pelo presente Estatuto. **Artigo 13º.** A Companhia somente poderá assumir obrigações, renunciar a direitos, transigir, dar quitação, alienar ou onerar bens do ativo permanente, bem como emitir, garantir ou endossar cheques

ou títulos de crédito, mediante instrumento assinado pelo Diretor Presidente, isoladamente, por 2 (dois) Diretores, em conjunto, por 1 (um) Diretor e 1 (um) mandatário ou, ainda, por 2 (dois) mandatários, constituídos especialmente para tal, observados quanto à nomeação de mandatários o disposto no parágrafo 1º deste artigo. § 1º. Os instrumentos de mandato outorgados pela Companhia serão sempre assinados pelo Diretor Presidente, isoladamente, ou por 2 (dois) Diretores, devendo especificar os poderes concedidos e terão prazo certo de duração, limitado há um ano, exceto no caso de mandato judicial, que poderá ser por prazo indeterminado. § 2º. Excepcionalmente, a Companhia poderá ser representada nos atos a que se refere o *Caput* deste artigo mediante a assinatura isolada de um Diretor ou de um mandatário, desde que haja, em cada caso específico, autorização expressa da Diretoria. **Capítulo IV – Assembleia Geral:** **Artigo 14º.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses subsequentes ao término do exercício social para fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem. § 1º. A Assembleia Geral poderá ser convocada, na forma da lei, por quaisquer 2 (dois) Diretores e será presidida pelo Diretor Presidente, que designará um ou mais secretários. § 2º. As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, e neste estatuto, serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco. § 3º. Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por mandatários nomeados na forma do § 1º do artigo 126 da Lei 6.404/76, devendo os respectivos instrumentos de mandato ser depositados, na sede social, com 03 (três) dias de antecedência da data marcada para realização da Assembleia Geral. **Capítulo V – Conselho Fiscal:** **Artigo 15º.** O Conselho Fiscal da Companhia, que não terá caráter permanente, somente será instalado quando por solicitação dos acionistas na forma da Lei, e será composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia geral em que for requerido o seu funcionamento. § 1º. Os membros do Conselho Fiscal, quando em exercício, terão direito a remuneração a ser fixada pela Assembleia Geral que os eleger. § 2º. As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e lançadas no livro próprio. **Capítulo VI – Exercício Social e Lucros:** **Artigo 16º.** O exercício social terminará no dia 02 de março de cada ano. Ao fim de cada exercício a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil, as demonstrações financeiras previstas em Lei, observadas as normas então vigentes, as quais compreenderão a proposta de destinação do lucro do exercício. **Artigo 17º.** Do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição da reserva legal, a qual não excederá o importe de 20% (vinte por cento) do capital social. Do saldo, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, se existente, 25% (vinte e cinco por cento) serão atribuídos ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório. § 1º. Atribuir-se-á Reserva para Investimentos, que não excederá a 80% (oitenta por cento) do Capital Social subscrito, importância não inferior a 5% (cinco por cento) e não superior a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da lei nº 6.404/76, com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital, ou a criação de novos empreendimentos. § 2º. O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, terá a destinação que lhe for atribuída pela Assembleia Geral. **Artigo 18º.** Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei, somente incidindo correção monetária e/ou juros se assim for determinado pela Assembleia Geral, e, se não reclamados dentro de 3 (três) anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia. **Artigo 19º.** A Companhia poderá levantar balanços semestrais, ou em períodos menores, e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício social, observadas as limitações previstas em lei. § 1º. Ainda por deliberação da Assembleia Geral, poderão ser declarados dividendos intermediários, à sua conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço levantado, inclusive à conta da reserva para Investimentos a que a que se refere o § 1º do artigo 16. § 2º. Também, mediante decisão da Assembleia Geral, os dividendos ou dividendos intermediários poderão ser pagos a título de juros sobre o capital social. § 3º. Dividendos intermediários deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório. **Capítulo VII – Liquidação:** **Artigo 20º.** A Companhia somente será dissolvida e entrará em liquidação por deliberação da Assembleia Geral ou nos demais casos previstos em lei. § 1º. A Assembleia Geral que deliberar sobre a liquidação caberá nomear o respectivo liquidante e fixar-lhe a remuneração. § 2º. A Assembleia Geral, se assim solicitarem acionistas que representem o número fixado em lei, elegerá o Conselho Fiscal, para o período da liquidação. Acionistas: Gabriela Albuquerque Pace e Edson Vicente da Silva Filho. Certifico que a presente Ata é cópia fiel da via lavrada em livro próprio. São Paulo, 13 de outubro de 2021. **Edson Vicente da Silva Filho** – Presidente; **Gabriela Albuquerque Pace** – Secretária. Visto da Advogada: Vera Lucia Lopes Freitas - OAB/SP 113.498 – CPF 949.205.678-04. JUCESP – Registrado sob o NIRE nº 35.300.589.769 em 31/03/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

## Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 04,05 e 06/06/2022



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



**BRDOCS**

[brdocs.com.br/?chave-de-acesso=BEF23302](http://brdocs.com.br/?chave-de-acesso=BEF23302)